

CELSO FURTADO: APÓSTOLO DO DESENVOLVIMENTO

M. Jacinto Nunes (*)

O Instituto Superior de Economia propôs, e a sua proposta foi aceite, que fosse atribuído o grau de doutor *honoris causa* em Economia ao Prof. Celso Furtado.

A cerimónia de recepção dos doutorados *honoris causa* compreende sempre o elogio do novo doutor, elogio ao longo do qual se procura justificar a concessão do grau.

Assim sendo, poderia reduzir o meu elogio a um parágrafo:

O motivo da concessão do grau de doutor *honoris causa* ao Prof. Celso Furtado é o facto de ele ser, actualmente, o único economista de língua portuguesa com projecção internacional.

O facto é incontroverso e a sua enunciação bastava como discurso justificativo da outorga da distinção.

Poderíamos ficar por aqui, mas tal seria susceptível de interpretações menos correctas pelos que vieram assistir a este acto e pelo próprio homenageado.

Respeitemos pois a praxe, na medida em que parece haver boas razões para mantê-la.

Celso Furtado impôs-se no mundo da economia pela sua vasta obra sobre o tema do subdesenvolvimento económico.

A sua preocupação dominante foi a especificidade do processo de desenvolvimento nas economias subdesenvolvidas após a Primeira Grande Guerra. Os esquemas da teoria económica utilizados para os países industriais não podiam ser transferidos pura e simplesmente para as economias atrasadas, não só pelo seu diferente condicionalismo económico-social interno, mas pelo seu posicionamento no contexto internacional.

O desenvolvimento desses países nunca poderia processar-se nos mesmos termos em que evoluíram os actuais países desenvolvidos e a teoria utilizada para explicar os mecanismos do seu funcionamento actual também não servia para explicar o modo de funcionamento hodierno das economias subdesenvolvidas.

É sobre estes temas que Celso Furtado trabalha há 40 anos.

Debrucemo-nos sobre alguns dos passos que se nos afiguram mais expressivos deste percurso de quatro décadas.

Celso Furtado nasceu em 26 de Julho de 1920, em Pombal, Estado de Paraíba, e formou-se em Direito em 1944. Fez parte do corpo expedicionário brasileiro enviado para Itália na parte final da Segunda Guerra Mundial.

(*) Professor catedrático do ISE. Presidente da Classe de Letras da Academia de Ciências de Lisboa. Ex-Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças e ex-Governador do Banco de Portugal.

A formação económica de Celso Furtado era a de um autodidacta — alimentada pelos livros que então publicava em espanhol o Fundo de Cultura do México. Sentia pois a necessidade de completar e sistematizar a sua formação. Dois anos depois da guerra faz uma viagem pela Europa com a ideia de fixar-se algum tempo em Inglaterra, na London Economic School, onde ensina então Manheim, um dos seus *maître à penser*.

As dificuldades de matrícula numa universidade inglesa levam-no a Paris, onde em 1948 obtém o grau de Doutor em Economia, na Sorbonne.

Quando preparava a sua viagem à Europa, pensava visitar a União Soviética. Pelo facto de a guerra haver demonstrado a viabilidade do pleno emprego numa economia regulada, pensava que a União Soviética era um caso análogo de economia regulada onde, em tempo de paz, se lograva o pleno emprego. Era um adepto da planificação e ideologicamente Marx exercia sobre ele um fascínio nítido.

Experimentou uma primeira desilusão com as dificuldades que encontrou para visitar a União Soviética. Um dos seus amigos sugere-lhe que se filie no partido e solicite então uma missão que implicasse uma visita à União Soviética. Celso Furtado recusa, por, nas suas próprias palavras, não aceitar instruções para escrever sobre isto ou aquilo e colocar a sua liberdade de pensar por conta própria acima de tudo.

Foi aluno em Paris de Maurice Byé, que, na época, era figura grada entre os economistas franceses. Byé fora aluno de Schumpeter em Viena. Teve ainda como mestres Bertrand Nogaro e François Perroux.

Em Paris matricula-se também em Ciências Políticas. Aí segue o curso sobre marxismo, do Prof. Cornu.

O existencialismo e o marxismo eram então as duas correntes de pensamento dominantes. O marxismo apresentava-se como a doutrina daqueles que queriam mudar o mundo e voltar as costas ao passado. A escolha de Celso Furtado foi óbvia.

Escutemos o que ele nos diz do curso de Cornu:

Era um curso mais fundamentado em filosofia do que em economia, mas na bibliografia figurava *O Capital* (1.º tomo) a ser estudado com minúcia [...] Por essa época eu havia lido de Marx e Engels apenas fragmentos, por isso tomei a sério os meus deveres de casa. A formidável vista que descortina Marx sobre a génese da história moderna não deixa indiferente nenhuma mente curiosa. Já a contribuição no campo da economia parecia de menos peso, para quem estava familiarizado com o pensamento de Ricardo e conhecia macroeconomia moderna.

Seguindo o curso de marxismo, nem por isso deixou de ler Sartre. De resto é nítida a influência que o contacto com a cultura francesa dessa época exerceu sobre Celso.

Em 1948, regressado ao Brasil, encontra o país a braços com uma grave crise da balança de pagamentos. Perante as alterações que sofrera a economia mundial, o enorme atraso nas suas infra-estruturas e o baixo nível da poupança interna, o Brasil não oferecia quaisquer possibilidades de desenvolvimento no contexto então vigente. A inflação mantinha-se aos níveis do período de guerra. O clima social deteriorava-se. O governo reagia com dureza à insatisfação do povo.

Perante as disparidades regionais e a heterogeneidade social não era fácil a organização de partidos políticos. A ilegalização do Partido Comunista em 1947 teve pouco efeito do ponto de vista da difusão da sua mensagem ideológica.

Idealizava-se a União Soviética, que praticamente ninguém conhecia, e a simpatia de que os Estados Unidos haviam desfrutado durante a guerra fora substituída por uma desconfiança sistemática em relação a tudo o que procedesse desse país.

Era igualmente generalizada a descrença relativamente a qualquer medida do governo.

Neste ambiente Celso Furtado sente não ter lugar útil no Brasil. O trabalho na Fundação Getúlio Vargas não o considerava suficientemente atractivo, dadas as limitações envolventes. Vai então trabalhar para a nova Comissão Económica para a América Latina (CEPAL), que as Nações Unidas haviam criado em Santiago do Chile. Aí exerceu a sua actividade durante cinco anos, beneficiando do contacto com Raul Prebisch. Prebisch, cujo pensamento de facto exerceu forte influência sobre Celso Furtado, foi um dos maiores economistas da América Latina (1).

Prebisch desenvolvera a ideia de uma economia dominante o «centro principal» e de «países periféricos», dominados.

Para ele, os desequilíbrios da economia internacional resultavam do comportamento dos Estados Unidos, que haviam reduzido as suas importações, o que provocara a escassez de dólares nos países da América Latina.

A situação tinha-se deteriorado quando após a guerra os Estados Unidos substituíram a Grã-Bretanha como «centro principal», pois o seu coeficiente de importação era um décimo do da Inglaterra (2).

As políticas de controle de câmbios que o acusavam de ter introduzido nos países da América Latina eram uma defesa dessas economias perante a forte redução das suas reservas cambiais.

A outra ideia de Prebisch, a especificidade do subdesenvolvimento, assenta na verificação de que os actuais países desenvolvidos quando se encontra-

(1) Durante vários anos dirigirá o Banco Central da Argentina, onde obtivera grande sucesso com um plano de estabilização, após a crise de 1938 naquele país.

(2) Este quadro agravou-se ainda mais com a queda referida do coeficiente de importação dos Estados Unidos, que baixou de 6% do produto em 1925 para 3% em 1939.

vam numa fase idêntica à dos países contemporâneos em desenvolvimento tinham muito menores exigências de capital por trabalhador.

As novas tecnologias exigem mais capital por trabalhador e as suas exigências em matéria de dimensão são também dificilmente satisfeitas por um país periférico. A dimensão do mercado, como é óbvio, não é dada apenas pelo factor populacional, mas também pelo poder de compra ⁽³⁾.

No domínio do comércio internacional, Prebisch entende que o sistema da divisão internacional do trabalho, numa perspectiva histórica, conduzia à concentração dos rendimentos nos centros industrializados. A evolução das razões de troca era desfavorável à periferia devido ao comportamento cíclico da economia capitalista ⁽⁴⁾.

A teoria de Prebisch não se reduz, como pensam alguns, a uma nova concepção do comércio internacional e, em particular, da teoria das vantagens comparativas.

A sua ideia central é que os modos económicos e sociais da apropriação e utilização dos acréscimos da produtividade do trabalho constituem o núcleo das relações entre as economias centrais e as economias periféricas ⁽⁵⁾.

Ao longo dos anos sessenta foi enriquecendo esta visão com as suas ideias sobre a necessidade do planeamento do desenvolvimento industrial — compatível com a existência do mercado — e com as implicações interdisciplinares que reclamavam a atenção dos sociólogos e dos cultores da ciência política.

Esta perspectiva interdisciplinar leva Prebisch a pôr de maneira explícita o problema do poder.

O desenvolvimento da periferia, numa primeira aproximação à realidade, apresenta-se como um fenómeno de penetração da técnica vinda do centro e que ocasiona transformações na estrutura da sociedade.

Vai-se modificando, conseqüentemente, o poder político, social e económico dos diferentes estratos sociais, bem como as relações entre esses estratos. As novas relações de poder que se estabelecem como consequência das alterações na estrutura da sociedade determinam, em última instância, a dis-

⁽³⁾ Assim, mesmo países com população numerosa, dado o diminuto poder aquisitivo da maioria da sua população, não constituem mercado suficiente para a absorção da produção de certos bens. Por outro lado, o pequeno núcleo populacional desses países com alto poder aquisitivo tem uma propensão ao consumo de bens importados muito alta, o que cria um desequilíbrio adicional entre a poupança formada e a capitalização necessária.

⁽⁴⁾ Na fase ascendente do ciclo a procura ultrapassa a oferta, o que explicava a elevação dos preços. Em consequência, os salários nominais nos centros sobem mais que a produtividade e o processo não era reversível. Na periferia a desorganização característica das massas operárias na produção primária criava uma situação distinta. Existia assim uma assimetria entre «centro» e «periferia» na formação dos custos.

⁽⁵⁾ Esta perspectiva era suficientemente ampla e enriquecedora para constituir o fundamento de uma teoria diferente e original da natureza e dinâmica do desenvolvimento do capitalismo periférico. A dinâmica estrutural destes países conduzia a desequilíbrios fundamentais, só superáveis mediante o desenvolvimento industrial.

tribuição do rendimento. E esta vai condicionar a introdução de novas técnicas e os subsequentes aumentos de produtividade.

A orientação do desenvolvimento económico na periferia depende assim da dinâmica da estrutura social e esta é influenciada pelos factores culturais e políticos ⁽⁶⁾.

Celso Furtado, ao estudar a economia brasileira procura inseri-la no seu quadro histórico, observa-a não propriamente como uma economia periférica, como o faz Prebisch na sua análise sincrónica, mas como uma economia do tipo colonial, para fazer uma análise diacrónica.

Mas ouçamos o próprio autor relatar-nos as suas ideias sobre o problema:

A degradação das razões de troca podia ser vasta como decorrência natural das relações de uma economia do tipo colonial com as metropolitanas, sendo um aspecto da tendência a concentração do poder económico que caracteriza a evolução do capitalismo. A dinâmica desse processo de transferência para o exterior permitia, no caso brasileiro, a tendência à concentração social da renda e o lento crescimento do mercado interno. Procurou-se compensar a degradação das relações de troca nas fases recessivas com um maior volume físico de exportações e com depreciação cambial. Dessa forma, as perdas dos grupos exportadores eram em grande parte transferidas para a massa da população, particularmente os segmentos urbanos [...] chamei a esse processo de socialização das perdas [...] ou seja da transferência para a massa dos prejuízos impostos às empresas agro-exportadoras pela contracção do mercado externo.

Outra ideia herdada da CEPAL, ou mais rigorosamente de Prebisch, era a de que os governos deviam assumir a responsabilidade de orientar o processo de desenvolvimento e não se limitarem a criar o clima favorável aos investimentos, o que pressupunha a aceitação da espontaneidade do processo.

Tal como sucedeu com Schumpeter, cujas obras principais saíram no dealbar das duas últimas conflagrações mundiais e sofreram por isso na sua difusão e no amortecimento do impacte que poderiam ter, o mesmo sucedeu com a obra de Harrod, de 1939, de dinamização do modelo keynesiano. Depois da Segunda Grande Guerra, a obra de Domar, orientada no mesmo sentido da de Harrod, começa a ser divulgada. Prebisch estudara Keynes, publica, inclusive, um pequeno livro, *Introdução a Keynes*, que contribuiu para a divulgação

⁽⁶⁾ Nesta perspectiva o mercado é um alocador de recursos que não faz mais do que reflectir as desigualdades, os privilégios e as discriminações que resultam da estrutura social. Esta visão afasta-se claramente das corcepções marginalistas fundadas num individualismo próprio das escolas neoclássicas. Mas afasta-se também da corrente marxista ao julgar com rigor as limitações do planeamento central e ao reconhecer o carácter instrumental do mercado. Não é porém uma teoria eclética, porque contém um corpo próprio explicativo, tal como foi enunciado.

do pensamento keynesiano na América Latina. Mas esta sofisticação teórica tinha pouco a ver com a situação real dos países subdesenvolvidos. O problema do desenvolvimento era então ainda um ramo da economia aplicada que sucedera, sem alterações substanciais, aos estudos de geografia económica dos vários países e áreas do globo mais atrasados economicamente.

Entre os primeiros dados no sentido da elaboração de uma teoria própria para esses países devem citar-se os trabalhos de Singer, sobre as razões de troca. Algumas universidades, como a de Chicago, começaram a mostrar interesse por essa temática difusa e vaga, que era então a economia do subdesenvolvimento.

Celso Furtado vai contactar esses meios. Encontra Leontief a quem expõe a sua teoria da produtividade social e os consequentes prejuízos na utilização dos factores produtivos que resultaram para os países atrasados, que entravam agora no comércio internacional, exportando matérias-primas. Leontief aceitava a explicação, mas continuava convencido de que a utilização das modernas tecnologias e dos investimentos sofisticados tinha outras vantagens que compensavam os eventuais prejuízos.

Dos seus contactos com Schultz, autor de *Agricultura Numa Economia Instável*, cujos resultados eram aproveitados nos estudos da CEPAL, não obteve igualmente resultados mais positivos. Era preciso começar da base.

Os países subdesenvolvidos, em consequência do princípio da responsabilidade de os governos assumirem a orientação do processo económico, foram levados a explorar a ideia de «plano de desenvolvimento». O que deveria abranger um programa de desenvolvimento? A indicação dos investimentos públicos e o inventário das necessidades de investimento privado com a indicação das políticas adequadas à satisfação das metas desejadas neste último sector?

Como nos conta Celso Furtado, tinham três linhas de desenvolvimento.

Relacionava-se uma com a experiência soviética assente na ideia dos balanços sectoriais em termos físicos. Como a utilização final dos recursos estava previamente determinada, tratava-se puramente de um problema de organização, mais da competência de engenheiros do que de economistas. Quedavam-se porém perante os problemas da motivação do trabalhador e o da eficiência na coordenação das decisões.

«E em política não há pecado maior do que ignorar a eficácia.»

Uma segunda linha estava mais ligada ao problema da prossecução da estabilidade nas economias desenvolvidas. Era o planeamento orientado para a obtenção do emprego através da regulação macroeconómica de raiz keynesiana, mas que não tinha em conta as especificidades dos países subdesenvolvidos.

A terceira linha era representada pela planificação indicativa francesa. Onde, além do programa de investimentos públicos, o plano procurava ser um redutor de incertezas para o sector privado.

Mas a planificação francesa orientava-se para romper o conservadorismo industrial das finanças e provocar a modernização da economia. O Estado

suportava os custos da investigação e assegurava a rentabilidade de sectores básicos criadores de economias externas: siderurgia, aeronáutica, transportes ferroviários, etc.

A mudança estrutural desejada visava essencialmente alterações no plano tecnológico. Não havia grandes preocupações com a coerência interna do plano, que decorria dos equilíbrios macroeconómicos, obtidos com a política de curto prazo.

As preocupações da CEPAL eram outras, tratava-se de encontrar técnicas adequadas à elaboração de opções compatíveis com a estrutura existente e com a sua capacidade de mudança.

Era preciso elaborar um quadro de alternativas, com os correspondentes custos, cada uma conduzindo à obtenção de certos fins e à renúncia de outros. Só assim poderia haver um maior grau de racionalidade e de responsabilidade políticas.

Pretendia-se a eficácia e a transparência no exercício do poder, mas não era este conflito constante, resultando em irracionalidade?

Na elaboração desse quadro de opções era preciso atentar nas condições reais dos países subdesenvolvidos do tipo da América Latina, onde se verificara um grande excedente estrutural da oferta de mão-de-obra. A meta do pleno emprego não era considerada possível torná-la como prioritária, dado que o que caracteriza o subdesenvolvimento é a deficiente utilização da mão-de-obra por carência de capital.

O objectivo era o progressivo aumento da produtividade média — otimizar a utilização do capital, tendo em conta os condicionalismos resultantes das relações com o exterior, da taxa de poupança interna, da entrada líquida de capitais e da necessidade de ter em conta as preferências dos consumidores no tocante à composição dos bens de consumo a produzir.

O problema não era de fácil solução; ouçamos de novo o próprio Celso Furtado a expor-nos o problema:

A taxa de crescimento em uma economia que conta com uma oferta elástica de mão-de-obra é função do esforço de acumulação e da eficácia no uso dos recursos. O esforço de acumulação depende essencialmente da taxa de poupança, que por seu lado reflecte o quadro institucional, portanto opções políticas. A planificação opera principalmente do lado dos recursos, procurando aumentar a eficácia dos recursos raros. Portanto, o seu objectivo não é exigir mais esforço da colectividade, nem mesmo aumentar a taxa de crescimento e sim reduzir o custo social da produção. A decisão de exigir mais esforço à população e ou intensificar o crescimento é de natureza política. O que é próprio da planificação é que ela explicita os objectivos embutidos na política. Se o objectivo central é elevar a taxa de crescimento, o plano poderá indicar caminhos alternativos a serem utilizados para alcançá-lo. Do lado do financiamento: onde obter os recursos adicionais destinados à acumulação?

Era um exercício rico para preencher a mente dos mais imaginativos.

O Estado devia concentrar-se em promover as mudanças estruturais referidas e definir os espaços dentro dos quais se moveriam os empresários. Havia o temor justificado de que o Estado fosse inoperante ou inepto e por outro lado que o sector empresarial não mostrasse o dinamismo necessário. Para o primeiro caso havia que empreender uma reforma da administração e quanto ao segundo tinha de se ter em conta o risco da tendência à hipertrofia do sector empresarial público, para cobrir as deficiências da iniciativa privada.

O tema prestava-se a discussões infundáveis de que Celso Furtado nos relata pedaços saborosos: «Se os soviéticos soubessem mais economia, não teriam caído na armadilha da planificação centralizada. É perfeitamente possível dirigir eficazmente uma economia sem pagar o preço da destruição do sistema de incentivos, o que é inevitável se se centralizam as decisões.» Ao que lhe retorquiram: «Por esse caminho você devolve o poder à burguesia» e a Celso de responder: «Não estou discutindo o problema da organização social e sim o da eficiência do sistema económico e o que prefere você uma burguesia submetida ao controle social ou uma burguesia prepotente?»

Pouco tempo depois, em 1954, Celso Furtado publica o seu primeiro livro de economia, *A Economia Brasileira*, e, volvidos dois anos, em 1956, novo trabalho: *Uma Economia Dependente*, a que se segue, em 1957, *Perspectivas da Economia Brasileira*.

Em *A Economia Brasileira* Celso Furtado tratou fundamentalmente três temas: a teoria do desenvolvimento: origem histórica e mecanismos de acumulação; a economia brasileira; perspectiva histórica e problemas actuais; e a crítica das teorias sobre o desenvolvimento económico.

No seu trabalho rejeita abertamente a espontaneidade do desenvolvimento nos países subdesenvolvidos e faz a distinção entre estes e os países industrializados: nos últimos, o problema é essencialmente o da acumulação de novos conhecimentos e da sua aplicação; nos primeiros, a questão centra-se na assimilação e adaptação das técnicas conhecidas. E isto é assim porque dentro das técnicas conhecidas existe sempre uma deficiência na utilização dos factores devido à escassez relativa do capital.

A produtividade muito baixa nesses países leva a que a produção apenas assegure a sobrevivência da maioria.

Se a produtividade se eleva, aumenta a taxa de poupança e o ritmo de crescimento. Mas não pode orientar-se todo o excedente gerado para o investimento. Numa economia de mercado para se verificar crescimento há que alargar o mercado. Esta era a diferença fundamental entre a economia planificada e a economia de mercado.

A publicação do livro levantou reacções na direcção da CEPAL, que não eram senão o resultado de uma longa disputa que a orientação de Prebisch provocava.

Já em 1951, quando a *Revista Brasileira de Economia* publicara sob o nome de Prebisch parte de um estudo por ele orientado, o Prof. Gudín, que

com Octávio de Bulhões eram os patriarcas da economia no Brasil, reagiram mal e Gudín convidou Viner, da Universidade de Princeton, economista de renome mundial no domínio da teoria do comércio internacional, para ir do Rio de Janeiro fazer uma série de conferências para responder a Prebisch.

Viner expôs a teoria clássica do comércio internacional, aplicável segundo ele a todos os casos. Chegou mesmo a afirmar: «Em parte alguma da literatura que consultei pude descobrir o que é um país subdesenvolvido.» Viner não precisava de conhecer o Brasil, bastar-lhe-iam algumas voltas pelas favelas do Rio para ficar a saber o que era um país subdesenvolvido.

Quando em 1953 o grupo da CEPAL apresentou um trabalho intitulado *Estudo Preliminar sobre a Técnica da Programação do Desenvolvimento Económico*, que era um livro sobre técnica de planificação, como o confessava Celso Furtado, Gudín e Octávio de Bulhões saíram à estacada.

Gudín publicou uma série de seis artigos intitulada a «Mística do planeamento», que para além do ataque ao livro tinha o intuito político de atacar a própria política económica que estava sendo seguida por Getúlio Vargas.

Octávio de Bulhões, o outro patriarca, publicou um grande artigo «A programação do desenvolvimento económico», onde atacava os economistas não ligados à comunidade universitária. A sua preocupação fora sempre a inflação, era preciso alcançar o desenvolvimento sem inflação e este só podia ser espontâneo ou autoritário. O preconizado pela CEPAL era para ele do segundo tipo.

Não é de admirar, pois, a reacção provocada pela publicação do livro de Celso Furtado em 1954. A sua orientação afastava-se nitidamente da escola ortodoxa protagonizada pela Fundação Getúlio Vargas, e que representava a corrente de pensamento científico dominante no Brasil.

Celso Furtado sente não ter ambiente para prosseguir o seu trabalho no Brasil, que abandona em Outubro de 1955, fixando-se por algum tempo no México.

Por essa altura Kaldor foi convidado para fazer um ciclo de palestras no México, onde defendeu a aplicação das teorias keynesianas para abordar as teorias do desenvolvimento. Em contacto com ele, Celso Furtado fala-lhe das dificuldades da teoria económica pela deficiência das teorias da distribuição. Kaldor, que se estava ocupando precisamente desse problema, convida-o a ir passar um ano em Cambridge, no King's College.

No ano seguinte Celso aproveita a oferta e parte para Inglaterra.

É em Cambridge que vai encontrar o material para escrever uma das suas obras fundamentais: *A Formação Económica do Brasil*, em 1959. Trabalho fundamental para a compreensão da evolução económica do Brasil e também para o estudo da política colonial portuguesa no Brasil.

Numa primeira parte estuda os «fundamentos económicos da ocupação territorial», que constitui, para ele, um episódio da expansão comercial da Europa. Faz nessa primeira parte um estudo da empresa agrícola até ao fecho da época colonial. Depois estuda detidamente a evolução da economia brasi-

leira do século XVI ao século XX, onde apresenta explicações teóricas, mas fundadas em dados empíricos da história económica, dos processos básicos da formação, diferenciação e reintegração da economia brasileira desde o início da época colonial à época industrial.

A estada em Cambridge é altamente benéfica à formação económica de Celso Furtado. O aprofundamento dos seus conhecimentos da economia clássica inglesa e da nova economia keynesiana, sem alterarem os seus esquemas básicos, abrem novas perspectivas às suas reflexões.

Contacta principalmente com os keynesianos ortodoxos, embora estes tivessem a perder posição: Joan Robinson, Kaldor, Kahn, mas assiste igualmente aos seminários de Piero Sraffa, que estava em vias de concluir a sua célebre «A produção de mercadorias por meio de mercadorias» (7).

Kaldor e Sraffa devem ter ajudado Celso a repensar a teoria da distribuição.

Volta ao Brasil e vai publicando novas obras sempre sobre o mesmo tema: *A Operação Nordeste*, 1960, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, 1961, onde reúne estudos publicados ao longo de dez anos e onde procura apresentar uma síntese das três correntes de pensamento sobre os problemas do subdesenvolvimento: a marxista, que tinha fomentado uma atitude crítica e inconformista, a corrente clássica com a sua disciplina metodológica, sem a qual se cai no dogmatismo, e a keynesiana, que contribuía para uma melhor compreensão do Estado no plano económico, abrindo, assim, novas perspectivas do processo de reformas sociais. Em 1962, publica *A Pré-Revolução Brasileira*.

É no período de 1959 a 1964 que Celso ocupa posições do maior relevo na administração económica do Brasil.

Convidado para exercer o cargo de director do Banco Nacional de Desenvolvimento elaborou o plano de recuperação e desenvolvimento do Nordeste brasileiro.

O problema dos desequilíbrios regionais fazia desde há muito parte das preocupações de Celso. O desenvolvimento, dizia ele, está contribuindo para agravar essas disparidades e mostrava como a política cambial que vinha sendo adoptada estava transferindo recursos de uma região pobre como o Nordeste para as áreas do Centro Sul em rápida industrialização.

A política que preconizava era «a transferência do acréscimo populacional de certas regiões para outras com abundância de terras subutilizadas. O Nordeste não dispunha de um sistema monetário e fiscal próprio como uma simples região que era, tal exigia novos instrumentos de política. Além disso a sua economia agrícola estava deformada pela tradição de monocultura, imobilizada por um sistema latifundiário. Sendo escassa a oferta local de alimentos os salários nas zonas urbanas eram elevados em relação à produtividade,

(7) «Mercadorias e não bens», porque «bens» pertence à esfera natural da escassez e sujeito portanto à lei da oferta e da procura, «mercadoria» pertence à esfera social das condições de produção (Aníbal de Almeida). A obra de Sraffa saiu com 87 páginas e levou trinta anos a elaborar.

quando comparados com o Centro e Sul do país. Daí que a industrialização do Nordeste, essencial para absorver o excedente de mão-de-obra, passasse pela reorganização da economia agrícola, que devia orientar-se para a produção de alimentos de consumo geral».

Na sequência do trabalho de Celso Furtado é criada a superintendência para o desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Celso é nomeado para o cargo de superintendente, onde realizou uma obra digna de apreço, mas que, face à enormidade da tarefa, não pode traduzir-se em resultados significativos para a região.

De resto, pouco tempo depois, é chamado pelo Presidente João Goulart para a pasta de Planejamento, onde permanece pouco tempo, pois foi curto o mandato de Goulart.

Em 1964, antes ainda da revolução brasileira, publica a *Dialéctica do Desenvolvimento*, onde — na previsão dos acontecimentos que se iam verificar, na sequência da tentativa de declaração do estado de sítio em Setembro de 1963 — apela para a responsabilidade social dos intelectuais, afirmando que eles têm um compromisso supremo com a dignidade humana. De resto o livro é oferecido «aos companheiros da Sudene, peregrinos da Ordem do Desenvolvimento». O livro tem também na sua abertura uma citação de Péricles: «Lembrai-vos sempre de que não existe felicidade sem liberdade, e de que o fundamento da liberdade é a coragem.»

Em 1964 abandona de novo o Brasil, ensina em Paris na Sorbonne durante alguns anos e também nos Estados Unidos, nas Universidades de Yale e American e igualmente em Cambridge na Inglaterra.

Continua entretanto a publicação de inúmeras obras sobre os temas de sempre: o subdesenvolvimento e a economia brasileira: *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, 1966, *Teoria e Política do Desenvolvimento Económico*, em 1967, onde reformula, sistematizando e completando a sua obra de 1961, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Segue-se a *Análise do Modelo Brasileiro*, 1972, *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*, 1973, que corresponde a estudos feitos durante a sua permanência em Yale em 1964-1965, *O Mito do Desenvolvimento*, 1974, ensaios escritos durante a sua estada na American University, em 1972, e Cambridge no ano lectivo de 1973-1974. Em 1976, sai o *Prefácio à Nova Economia Política*, onde chama a atenção para a falta de uma teoria geral das formações sociais que sirva de ponto de partida para o estudo dos problemas particulares que preocupam os economistas. Defende-se mais do que uma aproximação interdisciplinar das questões económicas, o que se preconiza é uma *teoria social global*, *Creatividade e Dependência* é publicado em 1978, segue-se em 1980 *Pequena Introdução do Desenvolvimento* e logo em 1981 *O Brasil Post Milagre*. Em 1982 *Nova Dependência* e em 1983 *Não à Recessão e ao Desemprego*.

Em 1984 publica *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise* e em 1985 a *Fantasia Organizada*, espécie de memórias relativas principalmente ao período

em que trabalhou na CEPAL e que constituiu um bom auxiliar na elaboração de uma parte do nosso trabalho.

Com a eleição de Tancredo Neves, tragicamente desaparecido e com a posterior eleição e tomada de posse de José Sarney, Celso Furtado volta à ribalta da cena política, sendo-lhe confiada a Embaixada do Brasil na CEE, depois a pasta da Cultura. Nessa qualidade acompanhou o Presidente Sarney aquando da sua visita a Portugal para tomar posse do seu lugar na Academia de Ciências de Lisboa, para a qual fora eleito, e para receber o grau de doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra.

É tempo de terminar.

Desculpem ter-me alongado, mas o *curriculum* do novo doutor *honoris causa* pelo nosso Instituto bem o justifica.

Celso Furtado tem uma obra que muito justamente o eleva ao nível de um dos mais altos expoentes da cultura económica américo-latina — Prebisch.

Os inúmeros livros que tem publicado revelam-nos um trabalhador incansável. A fidelidade à sua temática tem-lhe permitido aprofundar e completar as suas ideias originais. A relação centro-periferia, herdada de Prebisch, a especificidade da teoria do subdesenvolvimento, a dimensão social do processo, fazem dele um cultor do pensamento económico, respeitado em inúmeros países do mundo, onde as suas obras estão traduzidas.

Fazia falta na nossa galeria de doutorados aquele que, como afirmei, é o maior economista contemporâneo de língua portuguesa. A falta está sanada, congratulemo-nos com isso e desejemos ao novo Doutor todos os êxitos profissionais, vida longa e as maiores felicidades.

NUNES, M. Jacinto — Celso Furtado: apóstolo do desenvolvimento.

Procede-se a uma análise da vasta obra de Celso Furtado, sempre centrada no tema do Desenvolvimento Económico e nas ideias de que, por um lado, o processo económico se integra num processo mais vasto de desenvolvimento social e cultural e, por outro, o processo de desenvolvimento das economias atrasadas não se pode efectuar em condições análogas àquelas em que se efectivou o desenvolvimento das actuais nações industrializadas.

Desenvolveu igualmente Celso Furtado a ideia de economia dominante, cara a Perroux, e a de centro e de periferia, de Prebisch, um dos economistas que mais influência exerceu sobre Furtado.

Defende igualmente que a intervenção do Estado se deve concentrar em promover as mudanças estruturais, de modo a reduzir o custo social da produção e definir os espaços dentro dos quais se deve desenvolver a iniciativa privada.

Os problemas da tendência secular para a deterioração das razões de troca dos países subdesenvolvidos e da desigualdade do seu desenvolvimento regional foram também objecto da atenção de Celso Furtado, que é hoje o economista de língua portuguesa com maior projecção internacional.

NUNES, M. Jacinto — Celso Furtado: apostle of development.

It proceeds to a great analyse of Celso Furtado's work, always centralized in the Economic Development subject and in the ideas that, on the one hand, the economic process is included at a bigger social and cultural development, and, on the other hand, the development's process of later economies can't be done in the same conditions that were done for the development of industrialized nations to nowadays.

Celso Furtado developed too the principal economy idea, expensive to Perroux, and the one from center and from periphery, by Prebisch, one of the economists whom have given more influence upon Furtado.

The author defends too that the State intervention must concentrate in promoting the structural changes, the way to reduce the social costs of production and to determine the spaces in which the private initiative must be developed.

The secular tendency of the problems to a deterioration from the reasons of change at the subdevelopped nations and the inequality of his regional development were also subject to Celso Furtado's attention who is today the economist of Portuguese language with more international projection.

